
JOSÉ VICENTE TAVARES DOS SANTOS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

As novas questões sociais globais

13

Parte-se do reconhecimento de que houve uma profunda mutação na sociedade contemporânea, nos últimos vinte anos. As relações de sociabilidade passam por processos simultâneos de integração comunitária e de

fragmentação social, de massificação e de individualização, de seleção e de exclusão social. Deste modo, novos dilemas e problemas sociais emergem no horizonte planetário, configurando novas questões sociais globais.

O tema central deste texto consiste na discussão das novas formas da vida social, ou das recentes configurações do social, no contexto do processo de globalização, a partir do enfoque da conflitualidade (Ansart, 1990). Trata-se de analisar as transformações da morfologia social, isto é, das atuais unidades de agrupamento humano, no mundo do trabalho urbano e agrário, no mundo dos excluídos, no mundo associativo ou no universo das ações coletivas, assim como das recentes transversalidades que ordenam o espaço social, tais como as redefinições das classes sociais, as relações de gênero e de raça, e os dispositivos poder-saber. Ao mesmo tempo, vamos delinear as categorias explicativas da conflitualidade social no processo de formação da sociedade global.

Partimos do reconhecimento de que houve uma profunda mutação na sociedade contemporânea, nos últimos vinte anos, o que pode ser definido como realização de um capitalismo tardio ou de processo de formação da sociedade global, a qual aponta para a era do globalismo (Ianni, 1992,

1996). As relações de sociabilidade passam por uma nova mutação, mediante processos simultâneos de integração comunitária e de fragmentação social, de massificação e de individualização, de seleção e de exclusão social. Ou seja, «basta rever até que ponto as grandes promessas da modernidade permanecem incumpridas ou o seu cumprimento redundou em efeitos perversos» (Sousa Santos, 2000: 23). Nesse passo, novos dilemas e problemas sociais emergem no horizonte planetário, configurando novas questões sociais globais (Castel, 1998; Giddens, 1966; Jameson, 1996; Sousa Santos, 1994).

Como efeito dos processos de fragmentação social e de exclusão econômica e social, emergem as práticas de violência como norma social particular de amplos grupos da sociedade, presentes em múltiplas dimensões da violência social e política contemporânea. A interação social passa a ser marcada por estilos violentos de sociabilidade, invertendo as expectativas do processo civilizatório (Elias, 1990, 1993).

Entre as rupturas que se recriam, emergem os fenômenos da violência e as dificuldades das sociedades, e dos Estados Contemporâneos, em enfrentá-los pois, afirma Giddens: «O problema da democracia [...] está intimamente ligado a uma dimensão adicional da modernidade: o controle dos meios de violência. [...] Um programa de política radical deve estar preparado para enfrentar o papel da violência nas questões humanas» (Giddens, 1966: 20 e 27). Tal dificuldade expressa os novos limites da formação política da modernidade, pois «... o Estado perde o monopólio da violência legítima que durante dois séculos foi considerada a sua característica mais distintiva. [...] Em geral os Estados periféricos nunca atingiram na prática o monopólio da violência, mas parecem estar hoje mais longe de o conseguirem do que nunca» (Sousa Santos, 1994: 271). A interação social passa a ser marcada por estilos violentos de sociabilidade, invertendo as expectativas do processo civilizatório (Bosi, 1994: 20; Harvey, 1993: 17).

Para reconhecer essas práticas de violência, tanto na história como na sociedade brasileira, trabalhamos com a noção de «cidadania dilacerada», pois evoca o dilaceramento do corpo e da carne e a crescente manifestação da violência física na sociedade, a qual ameaça as próprias possibilidades da participação social e da cidadania. Isso nos leva a identificar o grande paradoxo da sociedade brasileira atual: malgrado o regime político democrático, o autoritarismo faz parte

da vida social. A sociedade parece aceitar a violência, ou com ela se resignar, incorporando-a como prática social e política normal e coletiva, como o demonstram os rotineiros exemplos de violência nas cidades, nos campos e florestas brasileiros. Tal situação nos relembra que a violência urbana realiza-se mediante formas de violência difusa e generalizada que atormentam, há tantas décadas, o cotidiano das populações das grandes cidades brasileiras (Tavares dos Santos, 1999).

As modificações nas sociedades contemporâneas têm sido denominadas de Capitalismo Avançado, Capitalismo Tardio, Sociedade Programada, ou, como preferimos, seguindo Ianni, a Era do Globalismo, cuja forma cultural é a cultura pós-moderna, na acepção de Jameson (Ianni, 1992, 1996; Jameson, 1996). A emergência desta nova forma de sociedade inicia-se pela Arquitetura, em meados dos anos 70, quando as construções modernistas passam a ser substituídas por edifícios monumentais e as cidades sofrem um processo de refuncionalização de espaços urbanos (Harvey, 1993).

O processo de formação da sociedade global ocorre de modo contraditório, heterogêneo e desigual, assim conceituado por Ianni: «Uma sociedade global no sentido de que compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório. [...] Trata-se de uma totalidade histórico-social diversa, abrangente, complexa, heterogênea e contraditória, em escala desconhecida. Esse é o horizonte no qual se desenvolvem a interdependência, a integração e a dinamização, bem como as desigualdades, as tensões e os antagonismos característicos da sociedade mundial. [...] Aí se fundem o desenvolvimento desigual e combinado e a não-contemporaneidade, em distintas gradações. São diversidades, heterogeneidades e contrariedades mescladas em amplas proporções» (Ianni, 1992: 35, 51 e 179; 1996).

Trata-se de uma profunda «modificação no espaço-tempo social», acentua Giddens, pois «a globalização não é um processo único, mas uma mistura complexa de processos, que freqüentemente atua de maneira contraditória, produzindo conflitos, disjunções e novas formas de estratificação», as quais incidem não apenas sobre os sistemas sociais em grande escala mas também sobre contextos locais e dos grupos sociais situados em distintas regiões do planeta (Giddens, 1966: 13).

A era do globalismo e da pós- modernidade

Estas características heterogêneas indicam a necessidade de se identificar os processos sociais de integração, de homogeneização transnacional, simultaneamente aos processos de tensões sociais, marcados pelo incremento não apenas das diferenças mas também das desigualdades sociais e do mecanismos de seleção-exclusão social (Sousa Santos, 1994: 82).

No plano dos processos econômicos, verifica-se a incorporação do conhecimento científico e tecnológico à produção industrial, tal como os efeitos da energia nuclear, da revolução da micro-eletrônica e das novas tecnologias das comunicações, sendo que os conglomerados transnacionais passam a conduzir a maior parte das atividades econômicas, sob a hegemonia do capital financeiro internacional. Ao mesmo tempo, os acordos de integração econômica supranacionais e regionais — tais como a União Européia, o NAFTA, o ASEAN e o MERCOSUL — dinamizam o processo da globalização, em grande medida orientados pelas organizações internacionais — o Banco Mundial, o BID, o BIRD, o FMI, a OCDE, a OMC. No plano da organização do trabalho, consolidação o padrão da industrialização flexível, da precarização do trabalho e da terceirização, os denominados modelos pós-fordistas (Larangeira, 1999).

A nova morfologia dos processos sociais

As relações de sociabilidade passam por uma nova mutação, mediante processos simultâneos de integração comunitária e de fragmentação social, de massificação e de individualização, de ocidentalização e de desterritorialização. Como efeito dos processos de exclusão social e econômica, inserem-se as práticas de violência como norma social particular de amplos grupos da sociedade, presentes em múltiplas dimensões da violência social e política contemporânea.

A nova morfologia do social produzida pelo processo de formação da sociedade global apresenta múltiplas dimensões, as quais podem ser assim sintetizadas (Tavares dos Santos, 1999):

1. Produziram-se, além da metamorfose das classes sociais, outras transversalidades na produção da organização social, tais como as relações de gênero, as relações raciais, as relações entre grupos culturais e entre dispositivos poder-saber. Desenha-se um espaço social constituído por estruturas, posições e trajetórias de agentes sociais distintos, portanto, um espaço social complexo e multidimensional.

2. O Estado cede passo à sociedade, visto estar sendo acossado tanto a nível macro — pelas formas supra — estatais, como diversas organizações da ONU e os variados acordos de integração regional e as empresas transnacionais — como a nível micro, pelo exercício de diversas redes de poder entre os agentes sociais. Revelam-se, claramente, as novas conflitualidades do processo de formação da sociedade global a nível das instituições públicas: «... o processo de mudança trouxe consigo novas vulnerabilidades e novas dependências que se manifestam por diferentes formas e em diferentes setores: abandono da agricultura, declínio das produções tradicionais, colapso dos programas de modernização, desconfiança perante a política do Estado e a generalização de um estado de espírito dominado pelo pessimismo, pelo descontentamento e pela revolta» (Hespanha, 1998: 81).

3. Multiplicaram-se as formas de organização dos grupos sociais, para além dos interesses sócio-profissionais, mediante as infindáveis possibilidades de associações, em torno de interesses e de objetivos variados. As coletividades desencadeiam diferentes modalidades de formas de representação e de mediação política, aquém e além dos partidos, tais com o as organizações não-governamentais, reconhecidas pelos Governos e organismos internacionais como mediadores legítimos entre os cidadãos e o Estado; ou os movimentos sociais orientados pela retomada da historicidade (Touraine, 1984).

4. Desencadeiam-se processos variados de formação e de consolidação do tecido social, por grupos que organizam conflitivamente seus interesses particulares e se articulam em poliformes contratos de sociabilidade. Mudanças nas instituições, como família, escola, processos de socialização, fábricas, etc., pois elas sofrem processos de desinstitucionalização.

5. A crise da família cristaliza tais mudanças nos laços sociais, pois as funções sociais desta unidade social marcada por relações de parentesco — assegurar a Reprodução da espécie, realizar a socialização dos Filhos, garantir a reprodução do Capital Económico e da Propriedade do grupo, assegurar a transmissão e reprodução do Capital Cultural — estão atualmente ameaçadas. Por um lado, a própria diversidade de tipos de família no Brasil atual — família nuclear, família extensa em algumas áreas rurais, famílias monoparentais, famílias por agregação. Por outra, o tipo de relações de sociabilidade que nela se realizam são variadas, pois se marcadas originalmente pela afetividade e pela solidariedade,

agora reaparecem como largamente conflitivas, como o demonstram os fenômenos da violência doméstica. Finalmente, as funções de socialização são compartilhadas pela escola e pelos meios de comunicação. Desta forma, identifica-se uma desorganização do grupo familiar, com as funções de reprodução econômica ameaçadas pela crise do emprego assim como pelos efeitos da crise do Estado-Providência.

6. Efetiva-se uma pluralidade de diferentes tipos de normas sociais, algo mais do que o próprio pluralismo jurídico, levando-nos a ver a simultaneidade de padrões de orientação da conduta muitas vezes divergentes e incompatíveis, como, por exemplo, a violência configurando-se como linguagem e como norma social para algumas categorias sociais, em contraponto àquelas denominadas de normas civilizadas, marcadas pelo autocontrole e pelo controle social institucionalizado (Elias, 1990, 1993).

7. Há uma visibilidade e uma conceituação da importância das lutas sociais, não apenas enquanto resistência mas também com positividade: lutas minúsculas, plurais, uma negação das formas de exercício da dominação. Também, em algumas circunstâncias históricas, uma configuração sintética do poder pode aparecer, tais como os novos movimentos sociais, ou a Revolução como ponto de síntese de todas as revoltas, ou apenas a poeira suscitada pelo exercício do poder e das resistências. Encontramos novos agentes da resistência, estamos diante da negação da centralidade do poder estatal no espaço-tempo social, afirmando uma outra cartografia, pontilhista e processual, na ordenação do mundo social. Entende-se, assim, o recurso à configuração de quadros sociais, aquelas figuras nas quais se dá o entrelaçamento entre técnicas de poder e procedimentos de saber. Contra essa sociedade normalizadora e programada, efeito de uma tecnologia de poder centrada na vida, emergem, desde o século XIX, forças sociais de resistência (Tavares dos Santos, 1996).

8. As questões sociais, desde o século XIX centradas em torno do trabalho (Castel, 1998), tornam-se questões complexas e globais, pois várias são as dimensões do social que passam a ser socialmente questionadas, entre elas a própria construção dos laços sociais, uma vez que «uma espécie de desinstitucionalização, entendida como uma des-ligação em relação aos quadros objetivos que estruturam a existência dos sujeitos, atravessa o conjunto da vida social» (Castel, 1998). Retoma-se uma inquietação que estava presente nos

primeiros sociólogos, pois «o projeto sociológico nasceu de uma inquietude sobre a capacidade de integração nas sociedades modernas: como estabelecer ou restaurar os laços sociais em sociedades fundadas na soberania do indivíduo?» (Schnapper, 1998: 15).

9. Os processos de integração colocam-se em oposição aos processos de fragmentação: «a desagregação dos princípios organizadores da solidariedade; a crise da concepção tradicional dos direitos sociais e oferecer um quadro para pensar os excluídos» (Rosanvallon, 1995: 9). Em outras palavras, estamos diante de processos de Massificação paralelos a processos de individualismo e de solidão, pois «os homens e as mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade. [...] Os mal-estares da pós-modernidade provém de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais» (Bauman, 1998: 10).

10. Devem ser ainda mencionadas as transformações do mundo do trabalho, mediante as mudanças tecnológicas, que vêm acompanhadas pela precarização do trabalho, pelo desemprego e pelo processo de seleção/exclusão social (Larangeira, 1999).

11. Também são relevantes as mudanças no mundo rural, desde a questão global da fome até as inovações tecnológicas, e as normas formas de organização produtiva, como a agricultura familiar e as atuais lutas sociais pela terra em diferentes países. Ao mesmo tempo, sabemos, cada vez mais, da importância para o futuro da relação do Homem com a Natureza, indicando a questão ecológica, a discussão sobre as tecnologias intermediárias e a noção de desenvolvimento com sustentabilidade (Sachs, 1993).

12. Enfim, os novos processos culturais adquirem uma centralidade ímpar na sociedade da informação: como compatibilizar o maior acesso à educação, à Universidade e à ciência com o mérito científico e a qualidade acadêmica; como enfrentar a questão do multiculturalismo, pensando a relação entre o Eu e o Outro, ou seja, o lugar da Alteridade cultural na sociedade em processo de globalização? (Sousa Santos, 1994)

13. Dentre as novas questões sociais, os fenômenos da Violência adquirem novos contornos, passando a disseminar-se por toda a sociedade. Surpreende-nos a multiplicidade das formas de violência presentes nas sociedades contemporâneas enquanto um processo de dilaceramento da cidadania.

A compreensão da fenomenologia da violência pode ser realizada a partir da noção de uma microfísica do poder, de Foucault, ou seja, de uma rede de poderes que permeia toda as relações sociais, marcando as interações entre os grupos e as classes. Nesta microfísica da violência, salienta-se «o que existe de mais perigoso na violência, é sua racionalidade. Certamente, a violência em si mesma é terrível. Mas a violência encontra seu fundamento mais profundo na forma de racionalidade que nos utilizamos [...] Entre a violência e a racionalidade, não há incompatibilidade» (Foucault, 1994, 4: 38-39).

14. A violência como nova questão social global está provocando mudanças no Estado de Controle Social: dentre as novas formas de poder político supranacional e organizações internacionais, delineiam-se formas transnacionais de poder político, através da ONU, da OTAN e de organizações multilaterais, assumindo os USA um papel de controle político e militar internacional. A ameaça de um Estado do Controle Social repressivo se avoluma na sociedade atual, lembrando as afirmações de Giddens:

Acredito que se possa assumir que todas as formas de violência devem ser minimizadas tanto quanto possível, sejam elas legítimas ou ilegítimas. Em outras palavras, a tendência das autoridades governantes no sentido de assegurar um monopólio dos meios de violência não deveria ser equacionada como um recurso cada vez maior à violência. (Giddens, 1966: 260)

Em outras palavras, estamos diante de formas contemporâneas de controle social, com as características de um Estado repressivo acompanhando a crise do Estado-Providência (Pavarini e Pegoraro, 1995).

Conclusão: a necessária pós-moderni- dade inquie- tante

No limiar do século XXI, o panorama mundial é marcado por novas questões sociais globais, que se manifestam, de forma simultânea e articulada, nas diferentes sociedades contemporâneas, ainda que apresentem distintas especificidades. Paradoxalmente, o internacionalismo está fundado em problemas sociais globais, tais como a violência, a exclusão, as discriminações por gênero, os vários racismos, a pobreza, os problemas do meio ambiente e a questão da fome (UNRISD, 1995). Para responder a tais processos sociais planetários, impõe-se reconhecer uma diversificação nas alter-

nativas de desenvolvimento para as sociedades contemporâneas, tanto no centro como na periferia do sistema global. Interessa discutir, a partir da semi-periferia e da periferia do sistema mundial, o modo de participar no processo de formação da sociedade global, indagando acerca do desenvolvimento das capacidades de inovação, em práticas alternativas de gestão pública, em novas modalidades de organização social e em diferentes estilos de participação social (Sousa Santos, 2000).

Seria, então, possível, pensar a construção de uma cidadania transnacional ou mundial, marcada pela criação institucional e pela difusão e comunicação de práticas sociais, jurídicas e simbólicas inovadoras e globais (Balibar, 1998). Por um lado, a reinvenção das formas de solidariedade; por outro, a redefinição do trabalho, em múltiplas relações sociais, tanto no espaço rural como no espaço urbano; enfim, a prevenção e erradicação das formas de violência social.

Realiza-se uma mudança na concepção da História, marcada pela radicalidade e pela descontinuidade, ou seja, uma concepção anti-evolucionista e anti-teleológica da História, na qual se procura salientar a raridade do acontecimento, a prática inovadora, no limite, a diferença (Veyne, 1992; Balibar, 1989: 60-62). A História vivencia-se como a experiência da finitude, da particularidade que pode ensejar uma História geral, composta pelo fragmento e pela desconstrução, uma temporalidade de possíveis históricos sem uma pré-determinação; a apreensão do sentido da historicidade torna-se diferente, pois incorpora a indeterminação, uma incerteza constitutiva no modo de encarar a história e a sociedade.

No espaço-tempo mundial, desenvolve-se uma cultura da Resistência na Pós-Modernidade e na Era do Globalismo, muitas vezes marcada como uma cultura da fronteira¹. Porém, mais do que oposição a um padrão hegemônico, pode-se observar a produção social global de novas concepções de sociedade, a partir do reconhecimento dos limites insuperáveis da modernidade: «As promessas da modernidade, por não terem sido cumpridas, transformaram-se em problemas para os quais parece não haver solução», isto é, «enfrentamos problemas modernos para os quais não há soluções modernas» (Sousa Santos, 2000: 29).

¹ Ianni, 1996: 180; Sousa Santos, 1994: 70, 134, 135; Jameson, 1996: 51, 89; Harvey, 1993: 19, 47, 49, 57, 53, 61; Bosi, 1994: 16, 17, 31, 46, 47.

Cabe reconhecer, com Sousa Santos, que, «no final do século, a única utopia realista é a utopia ecológica e democrática. [...] É uma utopia caótica porque não tem um sujeito histórico privilegiado. Os seus protagonistas são todos os que, nas diferentes constelações de poder que constituem as práticas sociais, têm consciência de que a sua vida é mais condicionada pelo poder que outros exercem sobre eles do que pelo poder que exercem sobre outrem» (Sousa Santos, 1994: 42).

Em oposição a uma forma cultural da globalização hegemônica, que Sousa Santos denomina de Pós-Modernidade Reconfortante, parece ser possível pensar em um estilo intelectual caracterizado por uma Pós-Modernidade Inquietante, a qual pugna pelo reconhecimento de um processo de globalização anti-hegemônico (Sousa Santos, 1994: 98, 99; Harvey, 1993: 47), orientada pela redescoberta da utopia: «E por utopia entendo a exploração, através da imaginação, de novas possibilidades humanas e novas formas de vontade, e a oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor por que vale a pena lutar e a que a humanidade tem direito» (Sousa Santos, 2000: 332).

No campo da sociologia, esta posição pós-moderna inquietante, com a qual nos identificamos, observa e analisa criticamente as profundas transformações sociais do capitalismo na era do globalismo mas mantém, na linha histórica do pensamento insurgente que marcou a modernidade, o horizonte da crítica e da rebeldia intelectuais. Precisamos vislumbrar a emergência de projetos emancipatórios, capazes de forjar alternativas de uma sociedade democrática pós-moderna, multicultural, capaz de realizar, de modo radical, projetos sociais e políticos que possam vir a reconstruir a solidariedade, a dignidade humana, a mediação dos conflitos e a liberdade da ação coletiva, no espaço-tempo dos processos sociais globais. ■

Referências Bibliográficas

- | | | |
|-----------------------------|------|--|
| Ansart, Pierre | 1990 | <i>Les sociologies contemporaines</i> . Paris: Seuil. |
| Balibar, Etienne. | 1989 | «Foucault et Marx. L'enjeu du nominalisme», in <i>Michel Foucault Philosophe</i> (Rencontre Internationale). Paris: Seuil. |
| Balibar, Etienne. | 1998 | <i>Droit de cité. Culture et politique en démocratie</i> . Paris: Éditions de l'Aube. |
| Bauman, Zygmunt | 1998 | <i>O mal-estar da pós-modernidade</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar. |
| Bosi, Alfredo | 1994 | <i>Dialética da Colonização</i> . São Paulo: Companhia das Letras. |
| Castel, Robert | 1998 | <i>As metamorfoses da questão social</i> . Petrópolis: Vozes. |
| Elias, Norbert | 1990 | <i>O Processo Civilizador — uma história dos costumes</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar. |
| Elias, Norbert | 1993 | <i>O Processo Civilizador — formação do Estado e Civilização</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar. |
| Foucault, Michel | 1994 | <i>Dits et Ecrits</i> . Paris: Gallimard. |
| Giddens, Anthony | 1966 | <i>Para além da Esquerda e da Direita</i> . São Paulo: Editora da UNESP. |
| Harvey, David | 1993 | <i>A Condição Pós-moderna</i> . São Paulo: Loyola. |
| Hespanha, Pedro | 1998 | «Novas configurações sociais no contexto da mundialização», in Gláucia Villas Boas (org.), <i>Territórios da Língua Portuguesa: culturas, sociedades, políticas</i> . Rio de Janeiro: UFJR/IFCS, 76-81. |
| Ianni, Octávio | 1992 | <i>A Sociedade Global</i> . Rio de Janeiro: Civ. Brasileira. |
| Ianni, Octávio | 1996 | <i>A Era do Globalismo</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. |
| Jameson, Fredric | 1996 | <i>Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio</i> . São Paulo: Ática. |
| Larangeira, Sônia | 1999 | «A realidade do trabalho em tempo de globalização: precarização, exclusão e desagregação social)», in José Vicente Tavares dos Santos, <i>Violências em tempo de Globalização</i> . São Paulo: HUCITEC, 123-141. |
| Pavarini, Massimo; | 1995 | <i>El control social en el fin del siglo</i> . Buenos Aires: UBA |
| Pegoraro, Juan | | |
| Rosanvallon, Pierre | 1995 | <i>La nouvelle question sociale</i> . Paris: Seuil. |
| Sachs, Ignacy | 1993 | <i>Estratégias de transição para o Século XXI</i> . São Paulo: Studio Nobel /FUNDAP. |
| Schnapper, Dominique. | 1998 | <i>La relation à l'autre</i> . Paris: Éditions Gallimard. |
| Sousa Santos, Boaventura de | 1994 | <i>Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade</i> . Porto: Afrontamento. |
| Sousa Santos, Boaventura de | 2000 | <i>A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência</i> . São Paulo: Cortez. |

José Vicente Tavares
dos Santos

Tavares dos Santos,
José Vicente

1996 «Michel Foucault, um pensador das redes de poder e das lutas sociais», *Revista Educação, Subjetividade e Poder*, 3, 7-16.

Tavares dos Santos,
José Vicente
UNRISD

1999 *Violências em tempo de Globalização*. São Paulo: HUCITEC.

1995 *Estados de desorden: los efectos sociales de la globalización*. Londres: UNRISD.

Veyne, Paul

1992 *Como se escreve a História*. Brasília: EdUnB [2.ªed.].